



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano IX - Nº 3459 20/10/2026

CUT E ENTIDADES SINDICAIS DEBATEM VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO COM MINISTRA ESTHER DWECK



A valorização dos servidores e o fortalecimento do Estado brasileiro estiveram no centro de um debate realizado nesta segunda-feira (19), promovido pela Central Unica dos Trabalhadores (CUT Brasil), em conjunto com diversas entidades sindicais. O encontro contou com a participação da ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, e de representantes de organizações que atuam na defesa dos trabalhadores do setor público.

Durante sua participação, Esther Dweck destacou as iniciativas adotadas pelo governo federal desde 2023 para recuperar a capacidade de atuação do Estado, após um período marcado pela redução de investimentos e pelo enfraquecimento de estruturas públicas. Entre as medidas mencionadas estão a retomada dos concursos públicos, a reorganização administrativa e a reconstrução de áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento nacional.

Negociação e valorização dos servidores

Outro ponto central do debate foi a retomada do diálogo entre o governo federal e as entidades representativas dos servidores. A ministra ressaltou a reabertura das mesas de negociação, destinadas à discussão de questões salariais, carreiras e condições de trabalho.

A retomada desses espaços representa uma conquista importante da mobilização sindical, embora permaneçam desafios relacionados à recomposição salarial, à valorização das carreiras e à garantia de condições adequadas para o atendimento à população.

Defesa do serviço público e combate ao desmonte do Estado

A ministra também abordou os riscos associados às propostas de redução do papel do Estado, com destaque para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, conhecida como Reforma Administrativa.

Durante o encontro, Esther Dweck criticou concepções de Estado mínimo que, segundo sua avaliação, podem resultar na precarização dos

vínculos de trabalho, na redução de direitos e no enfraquecimento dos serviços oferecidos à população.

O debate reforçou que a defesa do serviço público não se limita às condições de trabalho dos servidores, mas está diretamente relacionada à capacidade do Estado de garantir políticas públicas, combater desigualdades e assegurar direitos sociais.

Entidades apresentam carta ao presidente Lula

Ao final da atividade, as organizações sindicais apresentaram uma carta dirigida ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reafirmando a importância do serviço público para a democracia, o desenvolvimento nacional e a garantia dos direitos da população.

STF MANTÉM REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS DO IBAMA E DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, manter a validade dos dispositivos da Lei nº 10.410/2002 que reorganizaram cargos e carreiras do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A decisão foi tomada na quinta-feira (15), durante o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3159, apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

A ação questionava a constitucionalidade da reestruturação, sob o argumento de que as mudanças poderiam representar uma forma de ingresso em novos cargos sem concurso público, além de apresentar possíveis irregularidades no processo legislativo e aumento indevido de despesas.

Ao rejeitar os questionamentos, o STF entendeu que a reorganização respeitou os requisitos constitucionais para o aproveitamento de servidores, incluindo a compatibilidade das atribuições, a identidade de escolaridade e a equivalência remuneratória entre os cargos.

O julgamento também afastou as alegações de vício de iniciativa e aumento irregular de despesas. Segundo a Corte, a reestruturação reduziu o número de cargos e condicionou sua implementação às exigências orçamentárias.

A decisão preserva a validade jurídica da reorganização das carreiras ambientais realizada há mais de duas décadas, reconhecendo que alterações na estrutura dos cargos públicos são possíveis quando respeitados os critérios constitucionais e a exigência de concurso público.



Para saber mais acesse
as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação

Coordenação: Petrônio Soares e Lucy Mary Matos

Jornalistas: Letícia Alves e Junior Tavares (5050/CE)

Estagiários de comunicação: Mariah Salvatore e Guilherme Azevedo

#EMDEFESADAVIDA #EMDEFESADOSERVIÇOPÚBLICO